

A modernidade reflexiva sob a crítica decolonial

Reflexive modernity under the decolonial critique

Luiz Fernando Rankel
Marlize Rubin Oliveira
Hieda Maria Pagliosa Corona
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Pato Branco/PR-Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre o conceito de modernidade sob duas interpretações, a primeira chamada reflexiva, desenvolvida principalmente pelos autores Anthony Giddens e Ulrich Beck, uma interpretação que, apesar de fornecer contribuições importantes para um melhor entendimento do mundo moderno, mantém, conforme demonstraremos, as limitações do pensamento eurocentrado. Em seguida, apresentaremos a discussão da chamada perspectiva decolonial, que tem na reinterpretação da modernidade, a partir do conceito de colonialidade, um de seus temas basilares. O objetivo é mostrar como o conceito de colonialidade é de fundamental importância para se pensar a modernidade sob uma perspectiva contra-hegemônica, construída com base no pensamento fronteiro desde a colonialidade, enquanto uma crítica ao eurocentrismo.

Palavras-chave: Modernidade; Colonialidade; Perspectiva decolonial.

Abstract

The purpose of this paper is to propose a discussion about the concept of modernity under two interpretations. The first, called reflexive, developed mainly by Anthony Giddens and Ulrich Beck, is an interpretation that provides important contributions to the comprehension of modernity, but remains limited by its connection to Eurocentric thought. Then, we present the so-called decolonial perspective, a reinterpretation of modernity based on its basic concept: coloniality. The central objective is to show that the concept of coloniality is fundamental to think modernity under other perspective, a counter-hegemonic discourse constructed on the border thinking from coloniality, as a critique to the eurocentrism.

Keywords: Modernity; Coloniality; Decolonial perspective.

1. A modernidade reflexiva

Desde o final de 2019 vimos enfrentando uma pandemia global que radicalizou ainda mais aquilo que Anthony Giddens chamou as *descontinuidades da modernidade* (GIDDENS, 1991, p. 13). Giddens refere-se ao ritmo das mudanças e ao modo de vida produzidos na modernidade profundamente desconectados das épocas precedentes. É através da investigação das mudanças, das características destas descontinuidades entre o mundo pré-moderno, moderno e da alta modernidade que Giddens procura elucidar a categoria modernidade. Seja no aspecto da intensionalidade ou da extensionalidade o ritmo das mudanças é intenso e de difícil interpretação, o que se apresenta também como uma característica da modernidade, ou seja, a forma como nós refletimos sobre nossa condição é parte constitutiva da nossa própria realidade, conhecimento estruturado/estruturante produzido socialmente, o que Giddens (1991, p. 45) chama de reflexividade, ou seja, “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Quando aludimos à pandemia de Covid-19 que se iniciou no final de 2019 em uma província chinesa (Hubei) e rapidamente se espalhou por todos os continentes chegando a cifras impressionantes de contaminação e vítimas fatais¹ falamos de extensionalidade dos efeitos da pandemia, que se explicam pela forma inerentemente globalizante que a modernidade assume. Nesse sentido específico, a globalização se define como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69). A pandemia assim demonstrou uma consequência radical da modernidade, somos afetados por eventos distantes que se tornam rapidamente globais e, ao mesmo tempo, nossas práticas podem influenciar outras partes do mundo. Segundo Giddens, este dinamismo:

resulta da *separação do tempo e do espaço*, (...) do *desencaixe* dos sistemas sociais (...), e da *ordenação e reordenação reflexiva* das relações sociais à luz das contínuas entradas (*inputs*) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos (GIDDENS, 1991, p. 25).

A separação do tempo e do espaço é um processo característico da modernidade onde uma nova noção de temporalidade é inserida devido a uma série de transformações técnicas

e sociais cujo advento remontam, pelo menos, ao século XV. Lynn Hunt et al. (1995) demonstram a íntima relação desenvolvida entre a história e a modernidade no ocidente a partir do século XV, momento que dá início a um processo que até o século XVIII será marcado pelo contínuo descrédito para com a noção de tempo judaico-cristã, que havia dominado a memória coletiva ocidental desde pelo menos o Édito de Milão ou o concílio de Nicéia, datas fundamentais para a história do cristianismo. Com o advento da mecanização do tempo, ou seja, do aperfeiçoamento dos relógios, houve uma uniformização do tempo, que podemos perceber em relação à disciplina dos trabalhadores nas fábricas, ou a nova forma de pensar o mundo social estabelecida com o surgimento do romance e dos jornais, principalmente no mundo europeu.

Esta nova forma de pensar o tempo e conseqüentemente a história não poderia, no entanto, ter sido articulada sem o impacto causado pela invasão e colonização daquilo que passou a ser chamado de *América*. O contato com o *outro*, o estranhamento em relação às diferentes teogonias, cosmologias e formas de se relacionar com a natureza e consigo próprios foi um elemento fundamental na composição do pensamento racional moderno em suas diversas matizes.

Este processo de modernização, dialético e em desenvolvimento, retira cada vez mais o espaço do tempo, e este deslocamento promove uma reordenação em que novas configurações políticas, sociais, ontológicas são construídas com base em temporalidades externas, universalizantes. O que era antes estruturado localmente, passa a ser deslocado dos contextos de interação local e reestruturado em extensões cada vez maiores e mais universais de tempo-espaço, o que Giddens chama de *desencaixe* (GIDDENS, 1991). Como exemplo de *desencaixe* Giddens cita dois mecanismos intimamente ligados no desenvolvimento das instituições modernas: *fichas simbólicas* e *sistemas peritos*, ambos considerados como sistemas abstratos. Para nosso objetivo presente usaremos a ideia de sistemas peritos para reforçar o argumento de análise conjuntural sob a perspectiva das discontinuidades da modernidade aludida acima. Segundo Giddens, os sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (1991, p. 35). O autor fornece vários exemplos do uso destes sistemas que fazemos diariamente e em uma escala cada vez maior. Ao dirigir um automóvel, embarcar em um avião para uma viagem, usar um elevador estou

A modernidade reflexiva sob a crítica decolonial

confiando que estes sistemas funcionarão, sem ao menos saber exatamente como funcionam, somente que, normalmente, eles funcionam. Além disso, diante de problemas do cotidiano, questões médicas, legais, arquitetônicas, recorreremos ao conhecimento perito para nos auxiliar a atingir nossos objetivos e resolver nossos problemas. Nesse sentido, os sistemas peritos são mecanismos de desençaixe “porque removem as relações sociais das imediações do contexto” (1991, p. 36). Uma das consequências diretas da pandemia de Covid-19 foi a paralização das aulas em todos os continentes. Pela alta taxa de transmissibilidade era impossível a continuação das aulas presenciais. No mundo inteiro o formato remoto de ensino, utilizando plataformas virtuais, aplicativos, variadas estratégias para atingir os estudantes estão sendo utilizadas até este momento promovendo, provavelmente, o maior desençaixe espaço-tempo já visto. Para alguns seguimentos, como a educação por exemplo, o tempo foi retirado quase que completamente do espaço, forçando uma reordenação (reencaixe) desta relação e promovendo efeitos inesperados, desde a possibilidade de podermos ouvir especialistas de diversas áreas (peritos) que normalmente não poderíamos sem nos deslocarmos grandes distâncias até efeitos negativos, aumentando a evasão escolar de alunos que não têm condições mínimas de tecnologia para poder acompanhar as aulas, escancarando um aspecto que os especialistas da área sabem há muito tempo, a desigualdade de acesso à educação.

Ao mesmo tempo, intimamente ligados aos sistemas abstratos estão a *confiança* e o *risco*. Por *confiança* Giddens entende ser:

um meio de interação com os sistemas abstratos que esvaziam a vida cotidiana de seu conteúdo tradicional ao mesmo tempo em que constroem influências globalizantes. A *confiança* gera aquele ‘salto de fé’ que o envolvimento prático demanda (GIDDENS, 2002, p. 11).

Nesse caso, o conteúdo tradicional que é esvaziado pela *confiança* nos sistemas abstratos refere-se às características das relações sociais pré-modernas, onde as relações de parentesco, comunidade local, cosmologias religiosas e tradição, que proporcionavam um alto nível de segurança ontológica através de uma relação espaço-tempo diminuta são cada vez mais subsumidos por relações indefinidas de tempo e espaço, orientadas pelo pensamento contrafactual que abre possibilidades múltiplas de cenários futuros possíveis.

Estas características ensejam um cenário onde a importância dos sistemas abstratos, devido à maior e cada vez mais crescente elasticidade da relação espaço-tempo, despertam a

confiança nos sistemas peritos que, seguindo os processos e protocolos da racionalidade proporcionariam um mundo cada vez mais controlado e livre de riscos. Mas é justamente neste ponto que o caráter ambivalente da modernidade se mostra, em sua face paradoxal e inescapável. Ao lado da confiança nos sistemas abstratos temos os riscos inerentes a estes mesmos conjuntos de sistemas desenvolvidos no processo de modernização, pois a modernidade produziu uma redução do risco geral de certas áreas e modos de vida, “mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros incluem riscos de alta consequência, derivados do caráter globalizado dos sistemas sociais da modernidade” (GIDDENS, 2002, p. 11). É o que Ulrich Beck chama de a *Sociedade de Risco* (2011), em que os riscos de hoje se diferenciam dos de outras épocas:

(...) fundamentalmente por conta da globalidade de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas modernas. São riscos da modernização. São um produto de série do maquinário industrial do progresso, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior” (BECK, p. 2011, p. 26).

Este desenvolvimento ulterior significa o encontro da sociedade industrial consigo mesma, pois se num primeiro estágio da modernização a sociedade agrária estamental do antigo regime foi solapada pela sociedade industrial, agora, no processo contínuo da modernização, as próprias premissas da sociedade industrial se tornam obsoletas diante do efeito autorreferencial da sociedade de risco (modernização reflexiva), ou seja, enfrentamos as consequências impremeditadas daquilo que nos tornou o que somos como sociedade global e não podemos encontrar remédio para estes efeitos na sociedade industrial, sob pena de radicalizarmos ainda mais os efeitos deletérios deste processo. Riscos de alta consequência, “a possibilidade de guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontrolável, colapso do câmbio econômico global, e outras catástrofes globais potenciais, fornecem um horizonte inquietante para todos” (GIDDENS, 1991, p. 127). Não há como não fazer referência à pandemia de Covid-19 que enfrentamos neste momento, com seu caráter global e suas consequências que exasperam uma série de outros problemas estruturais da sociedade industrial. Além dos efeitos mais imediatos para a saúde pública, com milhares de mortos contabilizados dia a dia, a precarização das relações trabalhistas somente aumentou com a pandemiaⁱⁱ exacerbando uma tendência dos efeitos do capital e da ideologia neoliberal

que há muito vem se desenhando. Para Ricardo Antunes vivemos um momento de desregulamentação, precarização e uberização do trabalho “acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos” (ANTUNES, 2020, p. 14-15).

Mas estes efeitos não acometem igualmente a todos, apesar da característica digamos “democrática” do vírus as classes trabalhadoras, aqueles que dependem diretamente do seu trabalho para sobrevivência sua e de seus familiares, as mulheres trabalhadoras brancas que sofrem mais que os homens trabalhadores brancos, mas que acabam sofrendo menos que as mulheres trabalhadoras negras, são em geral as vítimas da divisão sexual e racial do trabalho. O mesmo ocorre com indígenas, quilombolas, e outras comunidades que historicamente vêm sendo subalternizados pelo processo metabólico do capital, enquadrados em uma forte tendência de recrudescimento da miserabilidade causada pela exploração excessiva de relações trabalhistas espúrias, “porque esses contingentes encontram-se desprovidos *de fato* de direitos sociais do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 20). Como dito, esta situação não é nova, é um aspecto constitutivo e uma consequência inerente à modernidade e ao processo de modernização da sociedade de risco da qual Beck salientava já na década de 80 do século XX, apontando que apesar do efeito bumerangue em que riscos afetarão inevitavelmente aqueles que os produziram e que neste sentido o esquema das classes sociais acaba sendo enfraquecido.

A história da distribuição de riscos mostra que estes se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe – mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos embaixo. Assim, os riscos parecem *reforçar*, e não *revoagar*, a sociedade de classes. À insuficiência em termos de abastecimento soma-se a insuficiência em termos de segurança e uma profusão de riscos que precisam ser evitados. Em face disto, os ricos (em termos de renda, poder, educação) podem comprar segurança e liberdade em relação ao risco (BECK, 2011, p. 41).

São todas características dos conflitos da sociedade de risco que, segundo Beck (2012), tomadas em conjunto provocam transformações sistêmicas em três áreas de referência provocados pelo processo de modernização: o primeiro diz respeito ao relacionamento entre a sociedade industrial moderna e os recursos da natureza e da cultura, onde os modos de vida com seus papéis sociais considerados padrão são questionados diante de formas mais fluidas de relações sociais pondo em cheque a família nuclear e os estilos de vida tradicionais. Ligado a isto, a segunda área refere-se ao próprio ponto em que a sociedade toma conta das ameaças

e os problemas produzidos por ela própria, juntamente com a percepção de que as resoluções para tanto não podem ser encontrados na ordem social convencional, em campos como o direito, os negócios ou a ciência, mas especialmente na política, na arena de tomada de decisões. E assim tem-se o efeito mais geral, crônico, sub-reptício na maioria das vezes, onde as premissas epistemológicas e ontológicas da sociedade industrial (consciência de classe, crença no progresso, racionalidade instrumental) estão cada vez mais desintegradas, fragmentadas em discursos de desencantamento que reforçam o aprofundamento do processo de individualização, na esteira do movimento de desencaixe e reencaixe de Giddens, colocando cada vez mais o indivíduo como:

ator, planejador, prestidigitador e diretor de cena de sua própria biografia, identidade, redes sociais, compromissos e convicções. (...) individualização significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem. Mas também significa novas interdependências, até mesmo globais. A individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva (BECK, 2012, p. 31).

Chegamos aos contornos fundamentais da modernidade a partir do conceito de *modernidade reflexiva* e suas características como um processo dinâmico de individualização e globalização. Assim, para além do que foi dito acima sobre a modernidade devemos ainda ressaltar as dimensões institucionais da modernidade segundo Anthony Giddens. Neste ponto, encontraremos as maiores divergências entre a concepção de modernidade deste autor, e invariavelmente a maioria dos autores europeus e norte-americanos sobre o que seria a modernidade e a perspectiva decolonial, que trataremos na sequência.

São quatro as dimensões institucionais da modernidade segundo Giddens (1991): *capitalismo* (acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos), *vigilância* (controle da informação e supervisão social), *poder militar* (controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra), *industrialismo* (transformação da natureza: desenvolvimento do “ambiente criado”). Apresentados nesta ordem formam as dimensões fundantes da modernidade em suas especificidades e suas relações mútuas. Não cabe aqui especificá-las, dado que as relações entre estas dimensões podem ser presumidas a partir das suas descrições. Destacamos, no entanto, que Giddens ressalta o papel do estado-nação na coordenação administrativa destas dimensões além do aspecto do desenvolvimento dos estados-nação que não poderia ser explicado unicamente

pela ascensão do empreendimento capitalista. É inegável, no entanto, o fato de que o que tornou a modernidade e suas dimensões institucionais um fenômeno global foi a atuação dos estados-nação ao longo do colonialismo e do imperialismo do século XIX e XX. Na tentativa de contrariar as explicações que dão demasiada ênfase ao desenvolvimento da economia capitalista como a característica definidora da modernidade, deixando de lado outros aspectos como a concentração de poder político ou militar (não há menção às questões culturais ou simbólicas) Giddens acaba ignorando o papel fundamental do colonialismo como um fator aglutinador das dimensões por ele apresentadas. Segundo ele, “a administração colonial de terras distantes pode ter ajudado, em algumas situações, a consolidar a expansão econômica, mas ela nunca chegou a ser a base principal da disseminação do empreendimento capitalista em escala global” (GIDDENS, 1991, p. 74). Trata-se de um ponto crucial quando se muda a perspectiva interpretativa sobre a modernidade. Apesar dos aspectos que apresentamos inicialmente serem importantes no que tange à dinâmica das transformações que vêm ocorrendo no processo de *modernização reflexiva*, quando se muda a perspectiva sobre a modernidade é possível trazer um outro olhar sobre as causas e consequências da crise da sociedade industrial, além de possibilidades outras para se pensar novas relações sociais baseadas em referências epistemológicas e ontológicas alternativas.

2. A perspectiva decolonial da modernidade

Enquanto a análise de Anthony Giddens e Ulrich Beck sobre as consequências cada vez mais radicais e universalizantes da modernidade são um ponto de partida muito útil para interpretarmos nossa conjuntura política, social, cultural e histórica consideramos, no entanto, insuficiente para uma interpretação mais ampla desta categoria. Quando interpretada somente pelo viés sincrônico a modernidade deixar de ser uma base explicativa fundamental das extremas desigualdades sociais, econômicas, de gênero, que têm uma sociogênese específica e que só podem ser explicadas na longa duração. Se tomamos o exemplo citado acima da pandemia de Covid-19 poderíamos levantar outras consequências que se tornaram alarmantes, como as questões étnico-raciais, por exemplo. No Brasil, os efeitos desastrosos da doença foram muito mais graves nas populações negras e indígenasⁱⁱⁱ. Nos Estados Unidos a violência policial contra a comunidade negra foi amplamente divulgada, com vídeos chocantes de mortes perpetradas por policiais a serviço do Estado. A reação da população com protestos sob o slogan *Black Lives Matter* demonstrou a força que os movimentos sociais podem exercer na política e na sociedade democrática, fato confirmado

pela derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais norte americanas. Além da interpretação destas questões como consequências do processo de modernização reflexiva, inerentes à sociedade de risco que vivemos qual outra possibilidade de interpretação podemos oferecer? Busco então uma interpretação capaz de fazer uma crítica aos pressupostos ideológicos, epistemológicos e ontológicos das representações universalizantes presentes no conceito de modernidade eurocêntrico.

Para proceder a uma crítica a esta narrativa da modernidade faz-se necessário uma abordagem teórico-metodológica que esteja falando desde àquilo que Giddens e Beck ignoram, ou seja, a colonialidade: o “lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial” no sentido empregado por Ramón Grosfoguel. Nesta abordagem uma das premissas metodológicas é o tensionamento do paradigma moderno das ciências ocidentais onde o mito da neutralidade, onde o “lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciativo encontram-se, sempre, desvinculados”. Nesse sentido a questão inicial é o *locus* da enunciação, pois “todo conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119). Esta perspectiva é fundamental para se pensar criticamente os postulados inerentes ao pensamento moderno colonial, entre eles, por exemplo, as ideias de civilização, progresso, desenvolvimento, vinculadas à ideologia liberal de crescimento econômico que tem guiado as ações dos governos em países que foram colonizados e que mantiveram em sua estrutura os traços decisivos daquilo que Aníbal Quijano chamou de *colonialidade do poder* (2005). Esta crítica à modernidade enquanto uma narrativa colonial é o que nos interessa, pois mesmo após o processo de independência política dos países da América Latina, as relações de dominação impostas pelo colonialismo, nas suas mais diversas formas, continuaram a existir. Em um texto seminal do início dos anos 2000 o sociólogo peruano Aníbal Quijano apresenta logo de início sua explicação para a globalização, e a partir disso podemos ir delineando o conceito de colonialidade e estabelecermos uma comparação com as dimensões institucionais da modernidade de Giddens.

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica de

A modernidade reflexiva sob a crítica decolonial

dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 107).

A passagem destacada de Quijano contém por si só os elementos fundamentais da conceptualização de colonialidade tendo em vista a forma como este autor entende a globalização como um processo buscado na longa duração. Este novo padrão de poder mundial tem início justamente com a “invenção” da América, a primeira id-entidade^{iv} da modernidade, surgida do colonialismo europeu (Espanha e Portugal) sobre as populações originárias e se apoia em dois eixos fundamentais: a ideia de raça como uma expressão do pensamento europeu sobre as populações colonizadas, classificando-as de acordo com uma concepção que privilegia as características europeias, consideradas a partir de então superiores; e o controle, a partir da lógica do capital e da conseqüente expansão do mercado Atlântico, sobre as formas de trabalho e reprodução da vida material dos povos originários. Nesse sentido, as dimensões institucionais da modernidade, de acordo com Quijano (2005), que estariam vinculadas necessariamente ao conceito de colonialidade poderiam ser descritas da seguinte forma: *raça* (categoria universal utilizada para a classificação das populações colonizadas, uma forma eficaz e duradoura de naturalização das relações assimétricas de poder entre dominantes e dominados), *eurocentrismo* (perspectiva e modo sistemático de produzir conhecimento cujo ponto de inflexão se deu no século XVII na Europa Ocidental e que tem como base epistemológica o racionalismo cartesiano), *capital/capitalismo* (novo padrão global de controle sobre o trabalho, a produção e a distribuição de mercadorias com vistas ao mercado mundial desde o início da exploração do que foi chamado de América pelos conquistadores, nesse sentido todas as formas de exploração do trabalho como a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário surgem como absolutamente novas dado sua articulação pelo capital com vistas ao nascente mercado mundial), e finalmente a *globalização* (a forma atual que demonstra o ápice do processo pelo qual a matriz de poder colonial se reproduz nas várias formas de dominação, sejam elas de classe, gênero, raciais, patriarcais, epistêmicas, etc).

Portanto, aquilo que Giddens ignora como não tendo um papel importante na constituição institucional da modernidade é justamente o aspecto mais importante

destacado por Quijano e, por conseguinte, pelos autores que desenvolvem a perspectiva decolonial.

A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

Em se levando em consideração a colonialidade do poder tem-se como implicação uma outra interpretação sobre o que se chama modernidade do ponto de vista eurocentrado, que, de acordo com Arturo Escobar (2003, p. 57) poderia ser chamado de “efeito Giddens”, ou seja, uma forma de interpretar a modernidade como um processo pertencente somente à Europa que se espalha para o mundo incessantemente e encontra na globalização sua forma mais radical de ser.

Nesse sentido, concordamos com a tese de Enrique Dussel (2005) quando diz que a modernidade nasce realmente (empiricamente) em 1492, e o que se segue é na verdade fruto destes primeiros movimentos de exploração e violência iniciados com a conquista do Atlântico por portugueses e espanhóis. Uma das figuras mais importantes da filosofia latino-americana e um autor cuja obra é considerada uma das fundamentais para a perspectiva decolonial, o filósofo argentino Enrique Dussel apresentou, em uma palestra na Johann Wolfgang Goethe University (onde teve início no século XX a chamada escola de Frankfurt) em 1993, um texto chamado *Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)*, e neste texto estão já formuladas as críticas ao conceito de modernidade que perpassa as obras de Weber, Habermas, Charles Taylor, etc, que não alteraram essencialmente a visão hegeliana da história, ou seja, a Europa como o centro do desenvolvimento da história mundial, deixando de lado completamente os não europeus, a não ser para considerá-los como inferiores histórica, física e culturalmente no caso de Hegel, ou descartando o colonialismo como importante para a interpretação da modernidade, no caso de Habermas, Weber e Taylor e, como penso ter demonstrado, Giddens e Beck.

Teríamos portanto uma interpretação eurocentrada, a qual Anthony Giddens e Ulrich Beck ainda permanecem conectados, pois consideram, apesar de tudo, a modernidade, suas

instituições e suas consequências como um processo basicamente intra-europeu, não questionando a sociogênese da modernidade naquilo que ela, como categoria estrutural da contemporaneidade, tem de mais pujante, a colonialidade, e uma interpretação decolonial, que parte de um giro epistemológico desde o pensamento subalterno, desde o sul epistêmico, revelando a colonialidade em suas múltiplas dimensões.

3. Pensamento fronteiro e decolonialidade

No texto de Walter D. Mignolo chamado *Desafios Coloniais Hoje* (2017) temos as características de um pensamento emergente e autônomo. Emergente no sentido de que se trata de um pensamento que emerge como uma resposta às falácias da narrativa eurocentrada da modernidade para as populações coloniais demonstrada acima. Tratar a modernidade como uma narrativa de longa duração, que pressupõe universalismos locais transportados e impostos no ritmo da expansão da economia capitalista implica necessariamente uma outra postura diante do que europeus, norte americanos e por consequência colonial o pensamento ocidental no seu *mainstream* acadêmico considera como os marcos da modernidade, ou seja, ícones do evento histórico mundial: Reforma Protestante, Revoluções Burguesas (inglesa, americana e francesa), Revolução Industrial. Trata-se de pensar a modernidade a partir da colonialidade, enquanto uma narrativa que se pretende hegemônica, como uma nova forma de pensar o tempo e consequentemente a história que não poderia, no entanto, ter sido articulada sem o impacto causado pela invasão e colonização daquilo que passou a ser chamado de América. A partir de então uma noção de progresso – atrelada à utilização da ideia de raça – expressa tanto em uma linearidade de tempo evolutivo, técnicas e tecnologias será o parâmetro para classificar as diferentes populações recém “descobertas”, e colocá-las no mais baixo grau de evolução, ou seja, eles serão os primitivos e selvagens à espera da civilização. Esta postura epistemológica que emerge está na base de uma perspectiva que é autônoma no sentido de que, não desconsiderando a narrativa eurocentrada da modernidade, “desprende-se” da matriz de poder colonial em busca de um pensamento que por isso mesmo é de fronteira, ou seja, segundo Mignolo (2017, p. 21):

O pensamento fronteiro é, dito de outra forma, o nosso pensamento, do *anthropos*, de quem não aspira se converter em *humanitas*, porque foi a enunciação da *humanitas* o que o tornou *anthropos*. Desprendemo-nos da *humanitas*, tornamo-nos epistemologicamente desobedientes, e pensamos e fazemos descolonialmente,

habitando e pensando nas fronteiras e as histórias locais, confrontando-nos aos projetos globais.

Este *anthropos* de que fala Mignolo é a caracterização de uma ontologia colonial, onde se expressa a colonialidade do poder e seus eixos constitutivos. Enunciação do *humanitas* (como expressão da modernidade) o *anthropos* desprende-se da narrativa que lhe é outorgada como o *outro*, racialmente inferior, despossuído das capacidades da civilização do *humanitas* (mas sempre almejando no horizonte a civilização e o progresso do *humanitas*) e passa a contestar a narrativa histórica moderna em sua dimensão epistemológica, renegando o lugar que lhe foi destinado na história propondo uma interpretação do ser, do saber e do poder de fora, à margem, no pensamento fronteiriço. Assim, a decolonialidade:

requer desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiriço é por definição pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade (MIGNOLO, 2017, p. 30).

Analisando os sistemas de desigualdade e exclusão produzidos pelo sistema capitalista a partir da Europa na modernidade Boaventura de Souza Santos em *A gramática do tempo* (2006) teoriza o processo que gera a desigualdade e a exclusão como sistemas de pertença hierarquizados. Como ambos são sistemas de pertença não há exclusão no sentido de se estar fora do sistema capitalista. As pessoas passam a pertencer quando são excluídas, colocadas à margem através de um discurso, uma narrativa hierárquica que, uma vez universalizada, estabelece a exclusão pelo não atendimento dos critérios (raça, sexo, religião, conhecimento, sanidade) utilizados, mas essa exclusão tem uma função específica no sistema. Já a desigualdade é um processo mais bem conhecido, principalmente como efeito da relação capital/trabalho (SANTOS, 2006). Podemos argumentar que estes sistemas de pertença hierarquizados só façam sentido pleno quando pensados através da colonialidade do poder. Os excluídos e vítimas da desigualdade no mundo capitalista europeu não tem a mesma dimensão ontológica dos excluídos sob a narrativa moderna colonial. Por isso o marxismo e suas vertentes mais ortodoxas não são também uma opção para o pensamento decolonial. Está em jogo um pensamento fronteiriço que deve superar as relações de classe do mundo do capital em prol de uma crítica radical do ponto de vista ontológico, onde a própria

construção do ser e do saber pelo discurso da modernidade seja desconstruído em vista de uma nova sensibilidade do ser e do fazer.

Há que se levar em consideração, no entanto, como opera hoje em dia o sistema de exclusão e desigualdade. Com a intensificação da globalização neoliberal vemos uma série de mudanças tanto na economia como na cultura que refletem a intensificação do discurso hegemônico como do contra-hegemônico. O discurso hegemônico tem nas privatizações, flexibilização laboral, regulação estatal da economia e bem-estar social reduzidas ao mínimo, controle da inflação, abertura da economia ao mercado internacional, etc. algumas características mais aparentes. Mas devemos atentar para consequências em um nível mais profundo, discursivo, ontológico, uma atualização das narrativas coloniais modernas, da colonialidade, mantendo a dominação pela perspectiva do progresso e ao mesmo tempo colocando a culpa do fracasso inevitável no indivíduo. Segundo Boaventura de Souza Santos (2006, p. 300):

os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajetórias sociais, sem dependências nem planos predeterminados. No entanto, esta responsabilização ocorre de par com a eliminação das condições que a poderiam transformar em energia de realização pessoal. O indivíduo é chamado a ser senhor do seu destino quando tudo parece estar fora de controle.

Esta forma de alienação é muito mais sofisticada pois gera uma autorregulação das pulsões transformadoras, em que, no caso dos países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, metamorfoseia-se em impotência, culpa e conformismo, uma forma de interpretação que coaduna de certa forma com o conceito de *modernidade reflexiva* de Giddens e Beck. Um discurso contra-hegemônico deve em primeiro lugar enfrentar estas formas de alienação que, no caso da narrativa moderno-colonial, representam o prosseguimento de uma história de longa duração, em que raça, etnia e sexo são marcadores poderosos. A perspectiva decolonial nesse sentido parte de um desprender-se em busca de um novo imaginário, uma sensibilidade, uma ecologia dos saberes segundo Boaventura. Este primeiro passo é fundamental porquanto um pensamento fronteiro, pois “os desafios do presente e do futuro consistem em poder imaginar e construir uma vez que nos liberamos da matriz colonial de poder e nos lançamos ao vazio criador da vida plena e harmônica” (MIGNOLO, p. 2017, p. 31).

4. Considerações finais

As características da perspectiva decolonial buscam, portanto, romper com esta forma eurocêntrica de compreensão da história ocidental, corroborada por termos que segundo Mignolo (2018), se tornaram recorrentes na segunda metade do século XX: modernização e desenvolvimento. Modernidade passou então a significar o horizonte em direção ao qual todos estaríamos sendo levados pela modernização e o desenvolvimento. Uma única linha universal de tempo e uma única história, agora não mais do ponto de vista teológico e civilizatório (ou pelo menos não somente), mas dividida entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Mignolo (2018) sugere então que uma vez concebida dessa forma, a modernidade seria sempre um projeto inacabado, remetendo ao que os filósofos desde Kant até Habermas atestam como o projeto ético e estético iluminista, ou seja, a modernidade é um conceito eurocêntrico, moderno/colonial, uma série de narrativas, ficções construídas por atores, instituições, conhecimento, militarismo e violência, meios financeiros.

Nesse sentido, a modernidade, como um dos eixos constitutivos do padrão de poder capitalista deve ser entendida, segundo Quijano (2005), na perspectiva da construção de uma configuração intersubjetiva hegemônica que incorporou as diversas e heterogêneas histórias culturais locais que foram dominadas pela Europa ocidental com a mesma força das formas de controle do trabalho e seus produtos. Entendemos que a *modernização reflexiva* de Giddens e Beck, apesar de tecer críticas importantes a ideia de pós-modernidade não consegue se desvencilhar do padrão hegemônico do pensamento eurocentrado moderno-colonial, haja vista a forma como ignora o colonialismo como fator decisivo do processo de modernização.

Assim, ao mesmo tempo em que ocorreu a colonização das relações sociais de produção, da estrutura produtiva como um todo, ideias como a de raça por exemplo se tornaram fatores determinantes na constituição e manutenção das novas hierarquias entre conquistadores e conquistados, um processo de colonização do imaginário, do universo simbólico e da capacidade de expressar o mundo a maneira destes últimos. Houve, portanto, de acordo com Quijano (2014), uma repressão sobre as formas de produção de conhecimento, sobre os recursos e representações intelectuais dos dominados, e também a imposição de uma imagem mistificada dos padrões de produção de conhecimento e significação que além de exercer controle sobre o universo subjetivo dos colonizados passou

também a significar uma forma de acesso ao poder, pela incorporação e reprodução de tais padrões. Dessa forma, a cultura europeia ocidental vai se tornando um modelo cultural universal, expresso nos padrões de civilização, progresso e desenvolvimento que podem ser vistos ao redor do mundo, principalmente no mundo da globalização ou mundialização do capital. Tal como vimos mencionando este modelo é o que se chama de eurocentrismo, ou seja, o violento processo que tornou hegemônica a forma europeia ocidental de produção de conhecimento e sua versão da modernidade. Desprender-se deste modelo é o primeiro passo rumo à decolonização do conhecimento.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora 34, 2011.

CIDACS/FIOCRUZ BAHIA. **VIDAS negras e indígenas e a Covid-19**. Bahia: CIDACS/Fiocruz Bahia, 2020. 1 arquivo MP4 (87min), son., color.

_____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. 2.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.11-87.

DUSSEL, Enrique. **Eurocentrism and Modernity: Introduction to the Frankfurt Lectures**. *Boundary 2*, Vol.20 (3): 65-76, 1993.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005, p. 24-32.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidade latino-americano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, enero/diciembre, 2003.

Folha informativa **COVID-19** - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt>> Acesso em: 02 de mai. 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

HUNT, L.; APPLEBY, J.; JACOB, M. Scientific History and the Idea of Modernity. In: **Telling the truth about history**. New York: WW Norton, 1995, p. 52-90.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), p. 12-32, 2017.

_____. The decolonial option. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter. **On decoloniality**. Duke University Press, p. 105-291, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005, p. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção intercultural da igualdade e da diferença, cap. 8. In: **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 279-316.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados** [online], v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>>. Acesso em: 28 Jun. 2021.

Notas

ⁱ Em 02 de maio de 2022 o número de casos confirmados é de 511 479 320 e o de vítimas fatais é de 6 238 832 em todo o mundo, fonte: <https://www.paho.org/pt>. Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Acesso em 02 de maio de 2022.

ⁱⁱ No Brasil, segundo dados do PNAD-Covid sobre indicadores do trabalho entre 20/09 e 26/09/2020 a taxa de desocupação foi de 14,4% e 41,0% dos domicílios receberam auxílio emergencial. <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>, acesso em 29/01/2021.

ⁱⁱⁱ Me baseio aqui em SANTOS, MÁRCIA PEREIRA ALVES DOS et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados* [online]. 2020, v. 34, n. 99 [Acessado em 28 Junho 2021], pp. 225-244. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>>. Epub 10 Jul. 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014> e VIDAS negras e indígenas e a Covid-19. Diretor: CIDACS/Fiocruz Bahia. Produção: CIDACS/Fiocruz Bahia. Bahia: CIDACS/Fiocruz Bahia, 2020. 1 arquivo MP4 (87min), son., color.

^{iv} Não há explicação por parte de Quijano da separação utilizada entre o id e a entidade na citação (id-entidade). Na psicanálise o Id corresponderia à fonte das pulsões, ao inconsciente. Talvez Quijano quisesse aludir a América como uma entidade presente no inconsciente coletivo, como uma força que exerce controle sobre o imaginário e se projeta nas práticas cotidianas e nas representações que se faz de si próprio e do outro, tanto das populações da América Latina quanto de Europeus e norte-americanos.

Sobre os autores

Luiz Fernando Rankel

Professor de História do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Doutorando do PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – linha de pesquisa Educação e Desenvolvimento – (UTFPR) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Pato Branco – PR – luiz.rankel@ifpr.edu.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3315-1158>.

Marlize Rubin Oliveira

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Bolsista CAPES/PIQDTec (2007-2011). Participou do Programa de Visiting Scholar no Center for the Study of Higher Education na Universidade do Arizona (Jan-Abril/2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - RS (2000). Professora Associada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UTFPR) – rubin@utfpr.edu.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3234-7562>.

Hieda Maria Pagliosa Corona

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1981), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (1999), doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006), pós-doutorado em Desenvolvimento socioambiental pelo Ladyss/Paris X (2012) e pós-doutorado em Desenvolvimento rural pelo PGDR/UFRGS (2013). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – pagliosa@utfpr.edu.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1790-5423>.

Recebido em: 19/08/2022

Aceito para publicação em: 12/09/2022